FORUM

das
seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adunicamp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Governo envia projeto de LDO 2008 à Alesp e mantém apenas 9,57% para as universidades

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 enviado pelo governo Serra à Assembléia Legislativa, é mantido exatamente o que foi destinado em 2007 e nos anos anteriores. Não há nenhuma previsão de verba extra-cota para a expansão, o que tende a agravar a situação na Unesp.

O projeto de Serra também prevê uma perda de cerca de 7,8% da arrecadação geral do estado (quase o orçamento anual das universidades); a regulamentação para os serviços terceirizados, o que aponta para uma maior precarização das relações de trabalho no serviço público; a “legalização” do pagamento dos aposentados com recursos da educação ativa etc.

O artigo 28 do projeto de Serra prevê a retenção da contribuição previdenciária, ou seja, parte significativa dos 9,57% destinados às universidades já ficaria retida pelo governo.

Já o artigo 33 impõe a entrada de todos os órgãos do serviço público no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo (SIAFEM), órgão ligado à Secretaria da Fazenda. O que poderia parecer uma medida de garantia de transparência, pois aumentaria o controle dos gastos públicos nas universidades, revela-se um grande problema. Ao contrário do que vem acontecendo desde o advento da autonomia, em 1988, as universidades não poderiam mais manusear verbas e alocar recursos para determinados setores que deles necessitem emergencialmente. Seus orçamentos estariam engessados.

O conteúdo do projeto de LDO 2008 de Serra não deixa dúvidas sobre sua política. Se é que ainda havia alguma. Trata-se de um governo que, amparado na vitória obtida ainda em primeiro turno, procura impor sua política de corte nos serviços essenciais (saúde, educação), aperto sobre os servidores (arrocho salarial, prejuízos com a SPPrev) e favorecimento dos grandes grupos econômicos (através de isenções de impostos, cumplicidade com a sonegação, abertura de “mercado” aos bancos com a reforma previdenciária etc).

A luta na LDO, assim como vem acontecendo nos últimos anos, é parte da nossa agenda também agora. Somente o poder da mobilização e ação organizada da comunidade acadêmica (professores, funcionários e estudantes) das três universidades paulistas, em articulação com o funcionalismo público, poderá impor um freio ao governo Serra.